

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: f972b36e-ad69-4ddf-a634-f2aab0c2a43b
Protocolo: Processo Requerimento N° 007390/2024
Data: 25/03/2024 12:18:51
Origem: TECZAP COM E DISTRIBUICAO LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: TECZAP COM E DISTRIBUICAO LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA
Assunto: RECURSO - ANÁLISE DE PROCESSOS
Detalhamento: RECURSO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

N°	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 25/03/2024 12:20:49	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

■ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

ENTRE RIOS DE MINAS, 19 DE MARÇO DE 2024
MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CNPJ 28.606.630/0001- 23
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 251/2023

RECURSO:

Ao Senhor(a)
Pregoeiro} (a) do MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

A empresa TECZAP Comércio e Distribuição LTDA., doravante RECORRIDA, qualificação, através de seu representante legal assassinado, Saulo Henrique de Faria Pereira, com fundamento no artigo 109, I, b, da Lei 8.666/93, vem até Vossas Senhorias, para, tempestivamente, Interpor este Recurso Administrativo.

Nossa empresa foi desclassificada sobre o seguinte argumento:

1. Processador Xeon E5-2670 v2: O processador ofertado pela empresa, Xeon E5-2670 v2, é uma escolha que levanta preocupações significativas. Este modelo foi descontinuado pela Intel, sendo originalmente projetado para servidores e datacenters. Sua utilização em computadores pessoais pode acarretar em desafios de desempenho, especialmente considerando que é um chip com mais de 10 anos de existência. Além disso, o alto TDP (Thermal Design Power) requer um sistema de refrigeração robusto, o que pode comprometer a estabilidade em uso profissional. Recomendamos a consideração de processadores mais recentes para referência do descritivo do termo, como os da linha Ryzen 7-9 da AMD ou Core i7-i9 da Intel, otimizados para tarefas de alto desempenho em computadores pessoais e profissionais.
2. Placa Mãe Intel X79: A placa mãe oferecida, X79 da Intel, é um modelo de 2011 descontinuado, o que implica ausência de suporte e garantia do fabricante. Sugerimos a avaliação de opções mais recentes para garantir a estabilidade e a disponibilidade de atualizações necessárias para o bom funcionamento do sistema.
3. Placa de Vídeo Offboard: Não foram fornecidos detalhes sobre a placa de vídeo offboard oferecida, incluindo marca, modelo e especificações básicas. Para garantir compatibilidade e desempenho adequado em tarefas profissionais, solicitamos informações detalhadas sobre a placa de vídeo proposta. Considerando os apontamentos o item será recusado."

Sobre os apontamentos temos

Toda licitação existe o edital, na qual é regra da licitação, impondo características mínimas que DEVEM ser seguidas a TODOS. E só se pode exigir o que CONSTA no edital

1- (Sobre o processador) Edital não exige ano de fabricação do processador, não consta exigência de TDP (Thermal Design Power). Sendo assim o PROCESSADOR atende ao edital. É de se estranhar o comentário "Recomendamos a consideração de processadores mais recentes para referência do descritivo do termo, como os da linha Ryzen 7-9 da AMD ou Core i7-i9 da Intel". Porque tal recomendação não constava como exigência no edital?

Sendo assim processador atende ao edital e proposta deve ser aceita.

2- (Sobre a placa mãe) Edital não exige ano de fabricação da placa mãe. Bem como a placa mãe NÃO foi fabricada em 2011 e sim em 2023 NOVA e nunca utilizada. E observa-se que o órgão não está comprando peças e sim um equipamento onde a garantia é do FABRICANTE (Teczap) do equipamento, e não do componente. Sobre o comentário r ecomendamos a consideração de processadores mais recentes para referência do descritivo do termo, como os da linha Ryzen 7-9 da AMD ou Core i7-i9 da Intel" O setor que fez a análise solicita pos fase de lances alteração no descritivo do edital. Porque tal recomendação não constava como exigência no edital?

Sendo assim processador atende ao edital e proposta deve ser aceita.

3- (Sobre a placa de vídeo) Edital não coloca como exigência informações de todos o modelos dos componentes, bem como o setor informa "solicitamos informações detalhadas sobre a placa de vídeo proposta." Sendo assim deveri ser aberto diligencia para demais informações.

Sendo assim processador atende ao edital e proposta deve ser aceita.

O edital vincula o agente público ao seu fiel cumprimento.

Confira-se, a respeito, que tais normas estão consubstanciadas no art. 40, da Lei 8.666/93, consagrando-se o edital como lei da licitação e cabendo à Administração ater-se a dois objetivos básicos, quais sejam, "oferecer uma disputa com igualdade entre os licitantes e encontrar a proposta mais vantajosa". Assim, é de todo evidente que, uma vez considerado "lei interna da disputa" obriga tanto a Administração, quanto os participantes ao seu cumprimento, não podendo, nenhum deles, afastar de suas determinações.

Com efeito, no artigo 3º, da supra citada Lei Federal 8.666/93, com respaldo da determinação contida no caput do art. 37, da Constituição da República, estabelece taxativamente:

"Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte: (destacou-se)."

"Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da impessoalidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (destacou-se)

Tais artigos estabelecem os princípios norteadores da conduta do administrador público quando da realização de uma licitação, realçando a importância de que estes princípios sejam observados pelo agente público em qualquer tipo de contratação.

Na prática isto não ocorreu, contrariando exigência legal do edital, uma vez que, foi estabelecido exigências que não constam no edital

Observa-se, ainda, flagrante desrespeito ao que preconiza o princípio da vinculação ao edital. Sobre esse postulado é imprescindível citar o magistério do Ilustre Marçal Justen Filho. Veja-se:

"(...) o ato convocatório possui características especiais e anômalas enquanto ato administrativo, não se sujeita integralmente ao princípio da temporalidade (o ato posterior revoga o anterior). A autoridade administrativa dispõe da faculdade de escolha, ao editar o ato convocatório. Porém, nascido tal ato, a própria autoridade fica subordinada ao conteúdo dele. Editado o ato convocatório, o administrado e o interessado submetem-se a um modelo norteador de sua conduta. Tornam-se previsíveis, com segurança os atos a serem praticados e as regras que os regerão.

Restará margem mínima de liberdade ao administrador, usualmente de extensão irrelevante. (In. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2008, pág. 54)."

É de se ressaltar, ainda, que os agentes públicos e os participantes estão plenamente vinculados ao ato convocatório. MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO em sua obra DIREITO ADMINISTRATIVO, Ed. Atlas, 2005, às fls. 318, assim leciona com relação ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório:

"Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3 da Lei n. 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta - convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope - proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I).

A legalidade, como princípio de administração, (art. 37, caput, da CR/88), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem-comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

Decerto que em direito administrativo deve se ter sempre o objetivo do "bem comum", ou seja, os interesses da coletividade se sobrepõem, e não os interesses dos particulares em detrimento da sociedade.

V - DO PEDIDO

Diante das razões expostas, a recorrente requer desta mui digna comissão de licitação o provimento do presente Recurso Administrativo, para reconsiderar a decisão atacada e voltar a fase de aceitação da proposta para declarar nossa empresa a aceita e habilitada.

Outrossim, sendo diverso o entendimento, seja o Recurso, juntamente com os autos do processo, remetidos à autoridade superior competente para análise e decisão final, conforme art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

Nestes termos.

Pede Deferimento.

Fechar



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº: 7.350/24

Rubrica: 8 Fls: 6

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/417.643-3	MGP2000314903	15/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.284.906-50	JONATHAS AQUINO DE OLIVEIRA
042.060.396-40	SAULO HENRIQUE DE FARIA PEREIRA



TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA-EPP
CNPJ N°. 08.619.872/0001-44.

ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

SAULO HENRIQUE DE FARIA PEREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, carteira de identidade nº. MG -10.133.557, expedida pela SSP/MG, em 22/05/1997, CPF nº. 042.060.396-40, nascido a 11/06/1979, em Belo Horizonte MG, residente e domiciliado a rua Planície, nº. 71, bairro Serrano, Cep 30882-120, em Belo Horizonte MG, e **JONATHAS AQUINO DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, carteira nacional de habilitação nº. 01610126565, expedida pelo DETRAN/MG, em 30/04/2013, CPF nº. 055.284.906-50, nascido a 02/01/1982, em Belo Horizonte MG, residente e domiciliado à rua Afluentes, nº. 100, bairro Serrano, CEP-30882-110, em Belo Horizonte MG., únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada **TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.-EPP**, conforme ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o nº. **312 0775658-4**, em 30/01/2007, **CNPJ nº. 08.619.872/0001-44**, sediada à **Av. Doutor José Gonçalves da Cunha, nº. 679, bairro Centro, CEP-35.490-000, em Entre Rios de Minas-MG**, resolvem alterar e consolidar o Ato Constitutivo, nos termos a seguir:-

- 1ª) – **ALTERAÇÃO NO OBJETO SOCIAL** – O objeto social da sociedade continua sendo o comércio de periféricos, suprimentos, microcomputadores, aparelhos eletrônicos, por atacado e a varejo, importação e fabricação de equipamentos de informática, reparação e manutenção de computadores e equipamentos periféricos e a atividade de teleatendimento, “Call Center”, e agora também o comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratório, e o comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos;

CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO

- 2ª) – **DENOMINAÇÃO SOCIAL** – A sociedade empresária limitada, possui a denominação social de,

TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.-EPP.

- 3ª) – **INICIO DE ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO** – A sociedade iniciou suas atividades em primeiro (1º) de fevereiro de 2.007, com o prazo de duração, por tempo indeterminado;

- 4ª) – **SEDE E TEMPO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE** – A sede da sociedade é à **Ave. Doutor José Gonçalves da Cunha, nº. 679, bairro Centro, CEP-35490-000, em Entre Rios de Minas-MG**, por tempo de duração indeterminado;



Cont.

5ª) – **CAPITAL SOCIAL** - O capital social é de **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais), dividido em quatrocentas (400) cotas iguais de **R\$ 100,00** (cem reais) cada, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, distribuído aos cotistas como a seguir:

<u>Saulo Henrique de Faria Pereira</u>	396 cotas	R\$ 39.600,00
<u>Jonathas Aquino de Oliveira</u>	4 cotas	R\$ 400,00

(QUARENTA MIL REAIS). **R\$ 40.000,00**

§ **Único** – A responsabilidade dos cotistas é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com o art. 1052, do CC/2002;

6ª) – **ADMINISTRAÇÃO** – A administração geral da sociedade, continua sendo exercida unicamente pelo cotista **Saulo Henrique de Faria Pereira**, com os poderes e atribuições de administrador, de acordo com o artigo 997, VI do CC/2002, ficando o cotista **Jonathas Aquino de Oliveira**, sem qualquer atribuição na mesma;

7ª) – **USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL** – Continua o uso da denominação social, sendo facultado ao cotista **Saulo Henrique de Faria Pereira**, contudo, em negócios de pleno interesse da sociedade, ficando-lhe expressamente vedado usá-la em avais, fianças, endossos, abonos e outras operações similares, quer em proveito próprio ou de terceiros, de acordo com os artigos 1.013, 1015, 1064, do CC/2002;

8ª) – **ESPECIMEN DE ASSINATURA** - O cotista **Saulo Henrique de Faria Pereira**, no exercício de suas atribuições na sociedade, continua assinando pela mesma, conforme assina o presente instrumento;

9ª) – **CASOS OMISSOS** – Os casos omissos serão resolvidos amigavelmente entre os cotistas. Não havendo possibilidade de composição amigável, serão aplicadas as leis vigentes na época, costumes e usos geralmente observados, ficando eleito o foro da **Comarca de Entre Rios de Minas-MG**, como o único competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas surgidas com a interpretação do presente instrumento particular, renunciando as partes contratantes, expressamente a qualquer um outro que lhes possa ser assegurado em razão do domicílio;



Cont.

10ª)– **LUCROS E PREJUÍZOS** – Ao término de cada exercício social, findo em **31 de dezembro** de cada exercício, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo ao cotista, na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados, de acordo com o art. 1065, CC/2002;

11ª)– **DECLARAÇÃO** – O cotista **Saulo Henrique de Faria Pereira**, declara sob sua responsabilidade individual, e às penas da lei, de que não está impedido de exercer qualquer função administrativa na sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob o efeito dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade de acordo com o art. 1011, § 1º, do CC/2002;

E, por estarem, assim, justos e combinados assinam o presente instrumento digitalmente de uma só forma e igual teor.

Entre Rios de Minas-MG, 27 de Abril de 2.020.

Saulo Henrique de Faria Pereira

Jonathas Aquino de Oliveira



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7919744 em 16/07/2020 da Empresa TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA -EPP, Nire 31207756584 e protocolo 204176433 - 15/07/2020. Autenticação: 5BD757843086E57777D675BB848CB1D69AFDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/417.643-3 e o código de segurança 9KsZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

SECRETARIA-GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº: 7.390 / 24

Rubrica: Fls: 10

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
20/417.643-3	MGP2000314903	15/07/2020

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
055.284.906-50	JONATHAS AQUINO DE OLIVEIRA
042.060.396-40	SAULO HENRIQUE DE FARIA PEREIRA





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
 Governo do Estado de Minas Gerais
 Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - EPP, de NIRE 3120775658-4 e protocolado sob o número 20/417.643-3 em 15/07/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7919744, em 16/07/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Wilson Luiz de Freitas Dias.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
042.060.396-40	SAULO HENRIQUE DE FARIA PEREIRA
055.284.906-50	JONATHAS AQUINO DE OLIVEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
042.060.396-40	SAULO HENRIQUE DE FARIA PEREIRA
055.284.906-50	JONATHAS AQUINO DE OLIVEIRA

Belo Horizonte, quinta-feira, 16 de julho de 2020



Documento assinado eletronicamente por Wilson Luiz de Freitas Dias, Servidor(a) Público(a), em 16/07/2020, às 10:09 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 20/417.643-3.

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7919744 em 16/07/2020 da Empresa TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA -EPP, Nire 31207756584 e protocolo 204176433 - 15/07/2020. Autenticação: 5BD757843086E5777D675BB848CB1D69AFDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/417.643-3 e o código de segurança 9KsZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Marinely de Paula Bomfim
 SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/8



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo Nº: 7.390/24

Rubrica: 8 Fls: 12

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 16 de julho de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 7919744 em 16/07/2020 da Empresa TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA -EPP, Nire 31207756584 e protocolo 204176433 - 15/07/2020. Autenticação: 5BD757843086E57777D675BB848CB1D69AFDA. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/417.643-3 e o código de segurança 9KsZ Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 16/07/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM

pág. 8/8



Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 251/2023.

Processo Licitatório nº: 20.004/2023

Processo Recurso nº: 7.390/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 251/2023

OBJETO: Aquisição de equipamentos para atender as necessidades do departamento de marketing da Secretaria de Turismo.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 08.619.872/0001-44, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 7.390/2024.

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 14/03/2024. De acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 20.004/2023, a



Comissão de Pregão I

empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 e 4.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a recorrente que a proposta apresentada pela empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA para o item 3 deveria ter sido aceita, pois, em relação ao processador, o Edital não exige ano de fabricação e não consta exigência de TDP (Thermal Design Power), quanto à placa mãe também não há exigência de ano de fabricação e no tocante à placa de vídeo, não haveria exigência de informações de todos os modelos dos componentes.

III. DOS PEDIDOS

Diante das razões expostas, a recorrente requer o provimento do presente Recurso Administrativo, para reconsiderar a decisão atacada e voltar a fase de aceitação da proposta para declarar sua empresa a aceita e habilitada.

Outrossim, sendo diverso o entendimento, seja o Recurso, juntamente com os autos do processo, remetidos à autoridade superior competente para análise e decisão final, conforme art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

IV. DAS CONTRARRAZÕES



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

PROCESSO Nº: 7.390/2024

RUBRICA: Ap. FOLHA: 15

Comissão de Pregão I

A empresa MG SERVICE COMPUTADORES E INFORMATICA LTDA não encaminhou as contrarrazões ao recurso apresentado.

V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Conforme informado, a recusa do item foi baseada nas considerações da equipe técnica que se manifestou conforme e-mail acostado às fls. 16 e 17. Para embasamento da decisão final, solicito que o setor técnico analise as ponderações e explanações da empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA quanto aos pontos questionados acerca da primeira análise do item 03. Somente com esse subsídio técnico será possível uma melhor avaliação desse pedido de recurso.

Nova Friburgo, 25 de março de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro - Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934

**(errata) Re: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P.A 20.004/2023- PE 251/2023**

1 mensagem

Hugo Garcez <hugocgarcez@gmail.com>

29 de janeiro de 2024 às 11:38

Para: Secretaria TI Subsecretaria <ti.pmnf@gmail.com>, turismo.pmnf@gmail.com, Licitação PMNF <licitacaopmnf@gmail.com>

Prezados ,

Gostaria de compartilhar nossas observações técnicas em relação ao Item 3 - Microcomputador, proposto pela TECZAP COMÉRCIO. Após uma análise detalhada, identificamos algumas questões críticas que merecem a devida atenção antes de prosseguirmos com a aquisição:

1. Processador Xeon E5-2670 v2:

O processador ofertado pela empresa, Xeon E5-2670 v2, é uma escolha que levanta preocupações significativas. Este modelo foi descontinuado pela Intel, sendo originalmente projetado para servidores e datacenters. Sua utilização em computadores pessoais pode acarretar em desafios de desempenho, especialmente considerando que é um chip com mais de 10 anos de existência. Além disso, o alto TDP (*Thermal Design Power*) requer um sistema de refrigeração robusto, o que pode comprometer a estabilidade em uso profissional. Recomendamos a consideração de processadores mais recentes para referência do descritivo do termo, como os da linha Ryzen 7-9 da AMD ou Core i7-i9 da Intel, otimizados para tarefas de alto desempenho em computadores pessoais e profissionais.

2. Placa Mãe Intel X79:

A placa mãe oferecida, X79 da Intel, é um modelo de 2011 descontinuado, o que implica ausência de suporte e garantia do fabricante. Sugerimos a avaliação de opções mais recentes para garantir a estabilidade e a disponibilidade de atualizações necessárias para o bom funcionamento do sistema.

3. Placa de Vídeo Offboard:

Não foram fornecidos detalhes sobre a placa de vídeo offboard oferecida, incluindo marca, modelo e especificações básicas. Para garantir compatibilidade e desempenho adequado em tarefas profissionais, solicitamos informações detalhadas sobre a placa de vídeo proposta.

Item Notebook:

A tela oferecida é de apenas 14,1 polegadas enquanto a solicitada no termo deve ser a partir de 15 polegadas

A Solução gráfica apresentada pela empresa é Intel UHD Graphics, sendo muito inferior a uma placa de vídeo dedicada offboard solicitada no termo.

Diante dessas considerações, recomendamos uma revisão do descritivo dos objetos citados, visando a substituição do processador e da placa mãe por opções mais modernas e a inclusão de informações detalhadas sobre a placa de vídeo, fonte, e outros itens essenciais. Estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida adicional ou discutir alternativas mais alinhadas às necessidades da secretaria.

Os demais itens, PROJETOR, MONITOR, HD EXTERNO, CARTÃO SD foram analisados e estão de acordo com o solicitado.

Atenciosamente,



Hugo Garcez
Gerente de TI - Prefeitura de Nova Friburgo
Matrícula: 63029

(21) 99040-8505 | pmnf.rj.gov.br | hugocgarcez@gmail.com

Em 25 de jan. de 2024, 11:51 -0300, Hugo Garcez <hugocgarcez@gmail.com> escreveu:

Prezados ,

Gostaria de compartilhar nossas observações técnicas em relação ao Item 3 - Microcomputador, proposto pela TECZAP COMÉRCIO. Após uma análise detalhada, identificamos algumas questões críticas que merecem a devida atenção antes de prosseguirmos com a aquisição:

1. Processador Xeon E5-2670 v2:

O processador ofertado pela empresa, Xeon E5-2670 v2, é uma escolha que levanta preocupações significativas. Este modelo foi descontinuado pela Intel, sendo originalmente projetado para servidores e datacenters. Sua utilização em computadores pessoais pode acarretar em desafios de desempenho, especialmente considerando que é um chip com mais de 10 anos de existência. Além disso, o alto TDP (*Thermal Design Power*) requer um sistema de refrigeração robusto, o que pode comprometer a estabilidade em uso profissional. Recomendamos a consideração de processadores mais recentes para referência do descritivo do termo, como os da linha Ryzen 7-9 da AMD ou Core i7-i9 da Intel, otimizados para tarefas de alto desempenho em computadores pessoais e profissionais.

2. Placa Mãe Intel X79:

A placa mãe oferecida, X79 da Intel, é um modelo de 2011 descontinuado, o que implica ausência de suporte e garantia do fabricante. Sugerimos a avaliação de opções mais recentes para garantir a estabilidade e a disponibilidade de atualizações necessárias para o bom funcionamento do sistema.

3. Placa de Vídeo Offboard:

Não foram fornecidos detalhes sobre a placa de vídeo offboard oferecida, incluindo marca, modelo e especificações básicas. Para garantir compatibilidade e desempenho adequado em tarefas profissionais, solicitamos informações detalhadas sobre a placa de vídeo proposta.

Não encontramos o item NOTEBOOK nos catálogos das empresas para avaliação técnica.

Diante dessas considerações, recomendamos uma revisão do descritivo do objeto, visando a substituição do processador e da placa mãe por opções mais modernas e a inclusão de informações detalhadas sobre a placa de vídeo, fonte, e outros itens

essenciais. Estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida adicional ou discutir alternativas mais alinhadas às necessidades da secretaria.

Em ter., 23 de jan. de 2024 às 16:28, Secretaria TI Subsecretaria <ti.pmnf@gmail.com> escreveu:

PSC

Atenção ao prazo de resposta: 25/01/24

Processo Nº: 7.390/24
Rubrica: *cp* Fls: 17

----- Forwarded message -----

De: **Ozório Junior** <turismo.pmnf@gmail.com>

Date: terça, 23/01/2024 à(s) 10:49

Subject: Fwd: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P.A 20.004/2023- PE 251/2023

To: ti.pmnf@gmail.com <ti.pmnf@gmail.com>

Prezado(a),

Encaminho para análise da Subsecretaria de TI conforme solicitado pela Comissão de Pregão. Segue em anexo o Termo de Referência para orientação.

Atenciosamente

Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade

----- Forwarded message -----

De: **Licitação PMNF** <licitacao.pmnf@gmail.com>

Date: qui., 18 de jan. de 2024 às 12:26

Subject: PROCESSO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS P.A 20.004/2023- PE 251/2023

To: Ozório Junior <turismo.pmnf@gmail.com>

Bom dia.

Seguem as propostas readequadas e catálogos referentes a aquisição de equipamentos de Marketing. Conforme determinação da Subsecretaria de TI os catálogos devem ser aprovados pela secretaria solicitante e por eles. Prazo para resposta até o dia 25/01/2024.

Atenciosamente,

Comissão de Pregão I

--

Junior Tardin

Secretaria Municipal de Turismo

Nova Friburgo - RJ

22 2522-8051

--

Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicações

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Matrícula:

--



Hugo Garcez

Gerente de TI, Prefeitura de Nova Friburgo

(21) 99040-8505 | pmnf.rj.gov.br | hugogarcez@gmail.com

Create your WiseStamp email signature

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo nº:	7390/2024
Folhas nº:	18
Rubrica	

Relatório de Comprovante de Envio de Atividades**ORIGEM**

Remessa Nº 563.396

Participante SECRETARIA MUN. DE TURISMO E MARKETING

Responsável JULIANO COMBAT TEIXEIRA DA MOTA

Data e Hora 01/04/2024 12:48:36

Nova Friburgo, 01 de abril de 2024

JULIANO COMBAT TEIXEIRA DA MOTA
SECRETARIA MUN. DE TURISMO E MARKETING**PROTOCOLO**

Protocolo: Processo Requerimento Nº 007390/2024

Origem: TECZAP COM E DISTRIBUICAO LTDA

Contato: TECZAP COM E DISTRIBUICAO LTDA

Requerente: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA

Assunto: RECURSO

Detalhamento: RECURSO

ENCAMINHAMENTO

Encaminhado à Subsecretaria de TI para análise das ponderações e explicações da empresa TECZAP.

RECEBIMENTO**Para Providências**

Favor tomar as devidas providências conforme solicitado.

____/____/____

SUBSECRETARIA DE TI

Gerado por: juliano.combat@hotmail.com Página 1 de 1

01/04/2024 12:48



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

Subsecretaria de Tecnologia e Informação e Comunicações

À Secretaria Municipal Turismo

Processo nº 7.390/2024

Assunto: Resposta ao recurso da empresa TECZAP COM. E DISTRIB. LTDA

Prezados,

Compreendendo recurso apresentado pela empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, é crucial destacar a importância de considerar o processador como um dos componentes fundamentais em qualquer sistema computacional. No caso específico do processador Xeon E5-2670 oferecido pela empresa TECZAP, é relevante ressaltar que este processador foi concebido primariamente para uso em servidores, diferenciando-se consideravelmente dos processadores destinados a computadores pessoais (PCs).

Uma das principais distinções reside, por exemplo, no TDP (Thermal Design Power) mais elevado desse tipo de processador, projetado para suportar cargas de trabalho intensivas e contínuas, comuns em ambientes de servidor. Em contrapartida, em um ambiente de computador pessoal, onde o uso geralmente é menos exigente que um servidor, essa alta demanda de energia e calor pode resultar em temperaturas mais elevadas e, consequentemente, perdas de desempenho devido a throttling térmico.

Além disso, a arquitetura X79 da placa-mãe, embora possa ter sido fabricada em 2023 como a TECZAP sugere, ainda é baseada em uma estrutura descontinuada datada de 2011. Isso implica em limitações, como componentes defasados e dificuldade de encontrar suporte e drivers atualizados para garantir a operação eficiente do sistema.

Ademais, a disponibilidade e suporte de peças e componentes para essa configuração são consideravelmente limitados, uma vez que o modelo X79 é descontinuado e não é mais amplamente suportado pelo mercado convencional. A obtenção de peças de reposição e assistência técnica adequada pode ser um desafio significativo, levando a potenciais problemas de compatibilidade e confiabilidade do sistema.

Vale ressaltar que o processador que consome essa arquitetura de placa mãe e que foi ofertado pela empresa TECZAP, o XEON E5-2670, este fabricado unicamente pela INTEL foi descontinuado em 2015, e teve sua última atualização de segurança e melhoria em 2020. A própria fabricante em seu site informa que o processador em questão é do '*segmento vertical Server*', o que confirma a informação presente neste relatório e no anterior:
<https://www.intel.com.br/content/www/br/pt/products/sku/64595/intel-xeon-processor-e52670-20m-cache-2-60-ghz-8-00-gts-intel-qpi/specifications.html>

Quanto à comparação com os modelos Intel e Ryzen feita na análise técnica, é importante destacar que, na análise técnica, não os consideramos como padrão de contratação, mas sim como exemplos de modelos com alto desempenho mais adequados para uso em computadores pessoais e máquinas de trabalho. Esses modelos, a título de exemplo, são mais facilmente encontrados e homologados no Brasil para uso pessoal e corporativo, o que contribui para uma experiência de usuário mais estável e confiável.



SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

Quanto ao item 3: No que diz respeito à placa de vídeo, é imprescindível fornecer informações detalhadas sobre o modelo e suas especificações, uma vez que a escolha da placa de vídeo pode ter um impacto significativo no desempenho e na capacidade de processamento gráfico do sistema. Diferentes marcas e modelos de placas de vídeo possuem arquiteturas distintas, componentes e capacidades de dissipação de calor, influenciando diretamente na estabilidade e eficiência do sistema como um todo.

Portanto, diante dessas considerações, é crucial que a análise técnica leve em conta não apenas as especificações individuais dos componentes, mas também a compatibilidade, a confiabilidade e a capacidade de suporte a longo prazo do sistema como um todo, a fim de garantir um desempenho consistente e satisfatório para as necessidades do usuário final.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

Nova Friburgo, 9 de abril de 2024

Hugo de Souza Gascabulho Garcez

Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicações

Matr.: 063.029



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



SECRETARIA
DE TURISMO
E MARKETING

Processo Nº: **7390/24**
Rubrica _____ Fls. **21**

À Comissão de Pregão I

Processo Administrativo: 7390/2024

Assunto: Recurso da Empresa TECZAP

Prezado(a),

A Secretaria de Turismo e Marketing da Cidade corrobora com o parecer técnico emitido pela Subsecretaria de Tecnologia e Informação, às fls. 19 e 20, especialmente quando informa que o processador oferecido pela empresa é do "segmento vertical Server". Conforme especificações do item 03, a Secretaria de Turismo solicita um **Microcomputador para edição de vídeo**, e o processador em questão não atende o solicitado.

Atenciosamente,

Renan da Silva Alves
Secretário de Turismo
Mat.: 062.790



Comissão de Pregão I

DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 251/2023.


Processo Licitatório nº: 20.004/2023

Processo Recurso nº: 7.390/2024

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 251/2023

OBJETO: Aquisição de equipamentos para atender as necessidades do departamento de marketing da Secretaria de Turismo.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 08.619.872/0001-44, através do Sistema Compras, com fulcro na Lei n.º 8.666/93, do Art.º 109, Inciso I, alínea "a" - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso nº 7.390/2024. 

I. DAS PRELIMINARES

Abrimos o prazo para recurso a partir do dia 14/03/2024. De acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico que integra o Processo 20.004/2023, a

Comissão de Pregão I


empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA manifestou a intenção de interpor recursos, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 3 e 4.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Em síntese, alega a recorrente que a proposta apresentada pela empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA para o item 3 deveria ter sido aceita, pois, em relação ao processador, o Edital não exige ano de fabricação e não consta exigência de TDP (Thermal Design Power), quanto à placa mãe também não há exigência de ano de fabricação e no tocante à placa de vídeo, não haveria exigência de informações de todos os modelos dos componentes.

III. DOS PEDIDOS

Diante das razões expostas, a recorrente requer o provimento do presente Recurso Administrativo, para reconsiderar a decisão atacada e voltar a fase de aceitação da proposta para declarar sua empresa a aceita e habilitada. 

Outrossim, sendo diverso o entendimento, seja o Recurso, juntamente com os autos do processo, remetidos à autoridade superior competente para análise e decisão final, conforme art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

IV. DAS CONTRARRAZÕES



Comissão de Pregão I

A empresa MG SERVICE COMPUTADORES E INFORMATICA LTDA não encaminhou as contrarrazões ao recurso apresentado.

V. DA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO

Conforme informado, a recusa do item foi baseada nas considerações da equipe técnica que se manifestou conforme e-mail acostado às fls. 16 e 17. Para embasamento da decisão final, solicito que o setor técnico analise as ponderações e explanações da empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA quanto aos pontos questionados acerca da primeira análise do item 03. Somente com esse subsídio técnico será possível uma melhor avaliação desse pedido de recurso.

Após reanálise realizada Subsecretaria de Tecnologia e Informação e Comunicações anexada as fls. 19 e 20, e em conformidade com o informado pela Secretaria de Turismo fl. 21.

Isto posto, com fulcro no art. 109 da Lei nº 8.666/93, e sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa TECZAP COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 20.004/2023, e no mérito, NEGO PROVIMENTO.

Nova Friburgo, 12 de abril de 2024.

Leonardo Gabrig Peixoto
Pregoeiro – Comissão de Pregão I
Matricula: 206.934